

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Formação e Pensamento econômico dos cadetes da Academia da Força Aérea

Luis Francisco Calegari Cassarotti

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17932>

Submetido em: 2026-09-02

Postado em: 2026-09-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

FORMAÇÃO E PENSAMENTO ECONÔMICO DOS CADETES DA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA: DOS CONDICIONANTES ESTRUTURAIS AOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Luis Francisco Calegari Cassarotti

<https://orcid.org/0000-0002-7286-1411>

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – IFCH/Unicamp. Campinas, SP, Brasil

RESUMO: O presente texto tem como objetivo elucidar a seguinte problemática: qual o pensamento econômico dos cadetes da Academia da Força Aérea Brasileira? Nesse sentido, argumentou-se que um ponto de partida para tal pesquisa é o sistema de formação da instituição militar. Assim, buscou-se nos editais de seleção, currículos mínimos e planos de unidades didáticas a quais condições estão expostos os ingressantes da Força. Em seguida, com o intuito de observar os resultados desse processo, realizou-se pesquisa de campo na academia para se ter acesso aos trabalhos de conclusão de curso de seus alunos. Valeu-se de métodos quantitativos para avaliar o nível de interesse dos alunos por determinados temas e filtrar os dados acumulados em categorias. Ao final desse processo, analisou-se detidamente alguns trabalhos referentes ao campo de economia política e pensamento econômico. Ao fim, verificou-se que há terreno fértil para a entrada de pensamento de cunho neoliberal na AFA, mas isso não necessariamente caracteriza o pensamento econômico dos cadetes. Este, na maioria dos casos, se enquadra num discurso desenvolvimentista que admite elementos neoliberais, provavelmente devido ao peso do curso de administração, à filtragem permissiva a certos assuntos pelo comando e ao contato com o meio digital.

Palavras-chave: relações civis-militares, pensamento econômico, neoliberalismo, Força Aérea Brasileira, Academia da Força Aérea.

EDUCATION AND ECONOMIC THINKING OF AIR FORCE ACADEMY CADETS: FROM STRUCTURAL DETERMINANTS TO COURSE COMPLETION PROJECTS

ABSTRACT: This text aims to elucidate the following issue: what is the economic thinking of cadets at the Brazilian Air Force Academy (AFA)? In this regard, it is argued that the military institution's training system serves as a starting point for such research. Thus, an examination was conducted of selection notices, core curricula, and lesson plans to identify the conditions to which new entrants are exposed. Subsequently, to observe the outcomes of this process, field research was carried out at the academy to access students' final course projects. Quantitative methods were employed to assess student interest in specific topics

and to categorize the accumulated data. Finally, a detailed analysis was performed on selected projects related to political economy and economic thought. The findings indicate fertile ground for the introduction of neoliberal ideas at the AFA; however, this does not necessarily define the cadets' overall economic outlook. In most cases, their views align with a developmentalist discourse that incorporates neoliberal elements, likely due to the influence of the administration curriculum, the command's selective openness to certain topics, and exposure to the digital environment.

Keywords: civil-military relations, economic thinking, neoliberalism, Brazilian Air Force, Air Force Academy

INTRODUÇÃO

Nos últimos quarenta anos, uma reviravolta foi observada na forma que indivíduos, empresas e Estados interpretam a realidade socioeconômica. Ela afetou todos os níveis de análise e instaurou o que convencionou-se chamar de neoliberalismo. Essa corrente de pensamento econômico se tornou hegemônica na medida em que suas principais adversárias, o comunismo soviético e o keynesianismo, pereceram diante do fim da Guerra Fria e da ascensão dos EUA como potência militar incontestável e do capitalismo como modelo de sociedade. Através de movimentos intelectuais, partidos políticos, comitês patronais, reformas administrativas e receituários de organismos internacionais, a linha se disseminou e seus elementos encontram-se presentes em nosso cotidiano.

O que instiga esse trabalho são o alcance e os limites desse processo com referência a um grupo específico que faz parte da burocracia estatal brasileira. Apesar do Estado, enquanto sistema de relações sociais, ter sido afetado de formas e graus diferentes, seu estamento militar, por conta de sua própria função precípua, a saber, a defesa da soberania nacional, supostamente apresentaria resistências a proposições da linha. Isso se deve ao caráter estratégico dos meios que necessita e emprega. Aqui remeto diretamente às políticas industrial e de ciência e tecnologia.

Pensando nisso, e devido à elevada importância que esses elementos têm para o setor aeroespacial, me instiga os efeitos desse movimento sobre uma parcela de nossas Forças Armadas: a Aeronáutica. Também, outra questão chama a minha atenção: o fato curioso de seus cadetes, diferentemente dos das outras Forças, formarem-se, além de especialistas em seus quadros, administradores. É por isso que estruturei esse trabalho no entorno da seguinte problemática: qual o pensamento econômico dos cadetes da Academia da Força Aérea Brasileira (AFA)?

Para responder a essa pergunta, primeiro, busquei nos editais de seleção e nos documentos oficiais, disponíveis online, os condicionantes estruturais para a entrada na academia. Além deste ser um fator de importância sociológica que caracteriza o oficialato, segundo a literatura das relações civis-militares, eles também nos dão uma pista do que se espera de seus novos membros e do que lhes é ensinado.

Em seguida realizei três visitas à AFA para ter acesso aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) dos cadetes. Elas foram necessárias pois estes não foram digitalizados. Meu intuito foi verificar os resultados do processo de formação nessas condições. A partir dos dados disponíveis, defini meu recorte temporal, que é a produção acadêmica de 2008 a 2024, e realizei uma análise quantitativa cujo intuito foi filtrar os 2417 textos encontrados. Em seguida, me concentrei nos 28 achados que se enquadram na categoria que defini como Economia Política, Política Econômica e Pensamento Econômico.

Ao fim, verifiquei que há terreno fértil para a entrada do pensamento neoliberal na AFA, mas isso não necessariamente caracteriza o pensamento econômico dos cadetes. Apesar de haver trabalhos que se referem diretamente a autores e elementos que fazem parte da linha como discurso hegemônico, a maioria se enquadra no que poderíamos chamar de um tipo de desenvolvimentismo mesclado. Isso provavelmente se deve ao choque entre as funções precípua do profissional militar, como já salientado, e o peso do curso de administração, a filtragem permissiva a certos assuntos pelo comando e o contato com o meio digital.

No que se segue, cada seção e subseção detalhará esse processo e, ao fim, apresento com mais detalhes minhas conclusões. É importante, desde já, salientar que elas não podem ser generalizadas para toda a FAB.

1 SISTEMA DA AFA E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS – EDITAIS, CURRÍCULOS MÍNIMOS E PLANOS DE UNIDADES DIDÁTICAS

A AFA fica localizada em Pirassununga-SP, os cursos que oferece se dividem em três e se equivalem ao Ensino Superior Nacional. Eles são o Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV), Intendentes (CFOINT) e de Infantaria (CFOINF) da Aeronáutica. Como os próprios nomes dizem, eles se referem a cada quadro da Força. O edital para qualquer um deles é o mesmo e fica a critério do candidato escolher para o qual pretende ingressar. Entretanto, há parâmetros para o de aviação, como os relativos a condições de saúde e de instrução aérea, que fazem com que os impossibilitados se dividam entre os outros dois. O com menos restrições é o de intendência (BRASIL, 2023).

Tanto civis como militares da ativa¹ podem participar dos editais, porém os primeiros terão que passar por um estágio de adaptação à vida castrense (BRASIL, 2023). Há um processo de filtragem dos cadetes aviadores que ocorre entre os segundo e quarto anos, período no qual ocorrem exames de instrução aérea que definem a continuidade ou não no quadro. Os que forem desligados podem reingressar como infantess ou intendentes ou abandonar a carreira, sendo o primeiro momento em que a evasão se torna importante na Aeronáutica. De todo modo, apesar dessa peneira, ao fim do curso as turmas ainda assim são compostas por aproximadamente 65% de cadetes aviadores (AFA, 2023; AFA, 2024).

A AFA é o primeiro passo de fato na carreira do oficialato; seus alunos saem de lá como aspirantes, o primeiro degrau da linha hierárquica². A partir da formatura, os aspirantes são distribuídos para Organizações Militares (OMs) de acordo com as necessidades do COMAER e a partir de então podem galgar posições até o posto de coronel (BRASIL, 2023). Tal avanço depende dos critérios definidos pela Força, como os de antiguidade e a participação em cursos de especialização. A partir de então, para chegar à patente de brigadeiro, os oficiais serão selecionados pelo Presidente da República (BRASIL, 2023). Para tal é certo dizer que um dos condicionantes passa a ser o curso da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (CEEM - ECEMAR).

Tanto aviadores quanto intendentes e infantess saem da academia, respectivamente, com graduação de Bacharel em Ciências Aeronáuticas, com habilitação em Aviação Militar, de Bacharel em Ciências da Logística, com habilitação em Intendência da Aeronáutica, e de Bacharel em Ciências Militares, com habilitação em Infantaria da Aeronáutica. Além das especificidades de Arma, os três tornam-se graduados em Administração, com ênfase em Administração Pública (BRASIL, 2023). Para os objetivos deste trabalho, esse fato curioso é o que tem maior relevância. Como diz o item 2.5.2 do edital de seleção:

De modo geral, o CFOAV, o CFOINT e o CFOINF proporcionam uma base humanística, filosófica, científica e tecnológica necessária ao desenvolvimento da cultura geral e militar, com ênfase na liderança, conscientizando o futuro Oficial da Aeronáutica da realidade em

¹ Militares de outras Forças ou que desejam mudar de quadro dentro da própria FAB. Os formandos da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR) não precisam prestar o edital para ingressarem na AFA como aviadores.

² A linha hierárquica, do nível mais baixo para o mais alto, é a seguinte: para os praças, ou graduados: taifeiro de segunda classe, soldado de segunda classe, taifeiro de primeira classe, soldado de primeira classe, taifeiro-mor, cabo, terceiro-sargento, segundo-sargento, primeiro-sargento e suboficial; para os oficiais subalternos: aspirante, segundo-tenente e primeiro-tenente; para os oficiais intermediários: capitão; para os oficiais superiores: major, tenente-coronel e coronel; para os oficiais gerais: brigadeiro, major-brigadeiro, tenente-brigadeiro do ar e marechal do ar (FAB, 2025). O último posto só existe e poderá ser assumido em tempos de guerra.

que irá atuar. Os três Cursos promovem preparo intelectual, físico, emocional e especializado necessário ao desempenho profissional nas diversas atividades da Força Aérea. Aos concluintes, [sic] de qualquer um dos Cursos de Formação é conferida a graduação de Bacharel em Administração, com ênfase em Administração Pública.” (BRASIL, 2023, p. 12)

Em outras palavras, concomitantemente a uma formação militar, esses aspirantes obtêm uma graduação equivalente a um título civil³. Via de regra, tal fato se liga diretamente à problemática deste trabalho: qual a formação econômica, não necessariamente castrense, do pensamento desses oficiais. Para analisar essa questão, será necessário observar o conteúdo do curso e das disciplinas, assim como de trabalhos de conclusão de curso da AFA. Antes, no entanto, acredito ser interessante explicitar o quadro geral dos currículos mínimos.

Há três documentos relativos à grade curricular, um para cada curso. Suas versões mais recentes são de 2019, mas me valerei em outro momento de outras antigas, as quais obtive acesso pelo Sistema de Legislação da Aeronáutica (SISLAER), para efeitos comparativos. Prezando pela simplicidade, por enquanto analisarei a portaria referente ao CFOINT. Minha escolha se justifica pelo fato do curso para oficiais intendentes ter o maior número de disciplinas voltadas para a administração e a economia.

Há, entretanto, uma limitação analítica aqui. A partir de conversas com professores da AFA, pude constatar que as grades mudam de acordo com o comando da instituição. Cada comandante quer imprimir sua marca, um fenômeno que ocorre em escolas das outras Forças (PENIDO, 2024). Opto aqui, ainda assim, em dar ênfase aos conteúdos presentes nas portarias dos currículos por conterem informações importantes sobre a estrutura do sistema de ensino.

De maneira geral o curso é dividido em três eixos temáticos, de acordo com o quadro. No currículo para o CFOINT, esses são: Administração Pública, Ciências da Logística e Instrução Militar e Doutrina. Há ainda um quarto cuja carga horária é reservada à Atividades Administrativas e, portanto, não se refere necessariamente à formação acadêmica dos oficiais. A distribuição da carga horária é a seguinte: para o primeiro eixo, 3088 horas-aula, para o segundo, 2928, e para o terceiro, 2536. No total, a graduação dupla dos oficiais intendentes se vale de 8552 tempos de trabalho (BRASIL, 2019a).

³ Acredito ser necessário pontuar que não há uma divisão entre títulos civis e militares *strictu sensu*. Me refiro às duas formações no decorrer do texto para expressar uma diferenciação funcional. A dicotomia civil-militar não faz sentido, a não ser se pensada como antagonismo que serve à construção da identidade do próprio indivíduo enquanto militar.

É interessante pontuar que para proporcionar a titulação de Bacharel em Administração, segundo as regras do MEC, um curso deve ter, no mínimo, 3000 horas-aula (BRASIL, 2007). Isso significa o CFOINT contempla tal requisito. Fato notável, entretanto, é que os aspirantes ao oficialato precisam realizar mais do que o dobro dessa carga horária para a obtenção de sua outra formação. Isso se explica pelas características do currículo militar e pelo curso ser um internato. Entretanto, há outro fato curioso: disciplinas como História Militar Mundial, Poder Aeroespacial e IVR (Inteligência, Vigilância e Reconhecimento), Química Aplicada e Relações Internacionais são consideradas parte do núcleo específico do eixo de Administração Pública (BRASIL, 2019a). Há de se perguntar, a partir de tal constatação, se a formação dos administradores da AFA é realmente parecida a de graduações civis.

Esses dados remetem à problemática do trabalho: por que é tão importante para um oficial da Aeronáutica a formação em Administração? Os documentos aparentemente tentam responder a essa pergunta. Vejamos se são convincentes.

No ponto 3 da portaria do currículo mínimo do CFOINT consta qual deve ser o perfil profissional dos oficiais da Aeronáutica e o do cadete intendente especificamente. Comuns a todos os quadros, dois pontos elencados chamam a atenção:

h) desempenhar as funções de Chefia, utilizando técnicas que garantam maior eficiência aos processos administrativos, condizentes com a legislação em vigor;

[...]

p) gerenciar, à luz dos princípios da Administração Pública, os recursos humanos, materiais e orçamentários, postos à sua disposição, de acordo com o nível de sua função; (BRASIL, 2019a, p. 14-15)

Específicos aos quadros de intendência, outros dois se mostram interessantes:

a) atuar como gestor em todas as áreas afetas à Intendência na Aeronáutica, a exemplo: pagamento de pessoal, licitações, contratos, alimentação, almoxarifado, suprimento, controle de material carga, controle interno, administração de imóveis residenciais e outras atividades que possam ser relacionadas ao Quadro;

[...]

e) operar e gerenciar os diversos de administração financeira e de serviços gerais do governo federal, conforme as legislações vigentes; (BRASIL, 2019a, p. 16)

A rigor, em nenhum dos itens há uma dissonância grande com relação ao que se espera que militares profissionais, e mais especificamente com relação ao quadro, realizem. Esses, afinal, são antes de tudo gestores do aparelho de violência do Estado e a função de intendência é essencial nesse sentido. O que chama a atenção é a própria presença de disposições sobre administração no documento. Me refiro, em especial, ao último ponto. Há claramente uma preocupação com a adequação das atividades castrenses com a máquina pública.

Por esse lado, realmente faz sentido formar profissionais que saibam ser administradores, mas ainda resta a pergunta da necessidade de se atribuir um título específico de área. Se os oficiais serão intendentess especialistas na relação entre máquina estatal e administração pública, não bastariam noções específicas sobre a função? De maneira geral, essas não estão implícitas numa formação militar tradicional? Devemos nos perguntar, nesse sentido, se na realidade há algum interesse em se formar quadros dentro de uma academia militar para atuarem no mercado de trabalho assim que o período de maturação castrense definido por lei termine. Ou melhor, se é interessante para a Força fazê-lo, seja no sentido de simplesmente atrair jovens que desejam se inserir no mercado de trabalho, seja no de competir com as outras Forças por essa “parcela”.

O ponto 4 da portaria do currículo mínimo também trata do tema. Ele se refere à finalidade, aos objetivos gerais e à duração do curso. Sobre a primeira, é taxativo:

Formar Oficiais de Carreira do QOINT, com a capacitação necessária para o desempenho das Atividades Técnico-Especializadas da Intendência da Aeronáutica e das Atividades Militares, Funcionais e Administrativas inerentes ao seu Quadro e às Forças Armadas. (BRASIL, 2019a, p. 17)

A partir do que vimos acima, não é novidade a citação aos fins administrativos da formação de oficiais. O que chama a atenção, na realidade, encontra-se na subseção seguinte, referente aos objetivos gerais do curso. Espera-se que o curso habilite o cadete a:

i) promover o desenvolvimento das áreas da Gestão Pública, valorizando o ser humano, a ética e a cidadania como princípios norteadores de suas atividades;

[...]

k) reconhecer os diferentes modelos organizacionais, no âmbito nacional e internacional, opinando com pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais, de modo a poder realizar as inter-relações com a realidade e com a

particularidade da Força Aérea, segundo uma perspectiva histórica, contextualizada e inovadora do campo da Administração;

l) ter a capacidade de negociação e flexibilidade para lidar com as rápidas mudanças no ambiente e nos processos, de modo a resolver problemas e desafios organizacionais;

[...]

q) reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e políticas públicas; apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;

[...]

s) estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública. (BRASIL, 2019a, p. 17-18)

Ora, primeiramente observo que os objetivos gerais se referem à formação de burocratas, o que, mais uma vez, é condizente com a função do profissional militar acima referida. Por um lado, este deve, como argumenta Huntington (1996), ter um papel consultivo frente ao Poder Executivo na tomada de decisões relativas à guerra. Por outro, noto que o escopo a que se referem os pontos é maior. Isso é ainda mais curioso pelo fato delas constarem também nos documentos do CFOAV e do CFOINF (BRASIL, 2019b; 2019c), ambos se referindo à formação de quadros que lidam diretamente com a gestão e aplicação da violência. Sem referência à política de defesa enquanto uma política pública, aparentemente estamos falando aqui da Gestão Pública como um todo, especialmente se não levarmos o ponto (k) em consideração.

Uma interpretação possível deste fato é que a organização desses currículos é feita com a expectativa de que esses oficiais atuem para além das funções tipicamente militares. Um exemplo disso é o caso do controle aéreo em território nacional, que é realizado pelo Departamento de Controle de Espaço Aéreo (DECEA), uma organização militar (DECEA, 2025). Ou seja, esses quadros são formados esperando-se que, possivelmente atuem em serviços de navegação e ordenação dos fluxos de tráfego aéreo no país. Talvez o correto aqui seja indagar não sobre a formação dos oficiais, mas sim sobre a necessidade desta função ser exercida por tal órgão. À primeira vista, trata-se de um caso de “transbordamento funcional”, ou extrapolação burocrática, que, como já argumentado por autores como Quartim de Moraes (1987), corrobora com o mecanismo da tutela militar. Naturalizar esta função como campo de atuação da Força Aérea lhe confere autonomia corporativa frente ao controle civil, ou, em outras palavras, poder político.

Seguindo a leitura do documento, nos deparamos com mais três pontos que se sobressaem e que também são comuns a todos os quadros. Segundo eles, os cursos de

formação devem “desenvolver, aperfeiçoar, avaliar os atributos militares, intelectuais e profissionais, além dos padrões éticos, morais, cívicos e sociais, visando levar o cadete [...] a” (BRASIL, 2019a, p. 18):

f) desenvolver competências, habilidades e atitudes que atendam às funções operativas da Força Aérea, dando-se ênfase ao gerenciamento das funções operacionais, táticas e estratégicas da Administração da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua missão constitucional;

g) **formar profissionais empreendedores** com capacidade de promover o desenvolvimento da Instituição em todas as áreas da Gestão Pública, valorizando o ser humano, a ética e a cidadania como princípios norteadores de suas atividades; e

h) proporcionar o desenvolvimento de uma visão holística, raciocínio crítico e conhecimento para avaliar o contexto geral da Administração, implementando soluções adequadas ao desenvolvimento da Instituição. (BRASIL, 2019a, pg. 18-19, grifo meu)

A partir da leitura desse trecho, não se nota grandes alterações, dado o contexto semântico já posto, no que se refere às funções de um oficial militar e ao transbordamento funcional. Claro, a ênfase na capacidade de gestão se mantém, de acordo com a preocupação expressa de se formar administradores. Entretanto, uma expressão, a qual grifei acima, salta aos olhos: “formar profissionais empreendedores”. O que exatamente isso significa? Ou melhor, o que exatamente os autores da portaria queriam dizer quando a utilizaram? Continuando a leitura do ponto, provavelmente a ideia de promoção de “soluções inovadoras” justifique a presença da expressão, considerando a interpretação normalmente dada ao termo empreendedorismo. Mas também há outra questão.

O discurso neoliberal é composto por uma série de elementos que remetem diretamente à visão de mundo que expressa. “Empreendedorismo”, normalmente ligado ao individualismo empresarial, é um deles. A mera presença deste termo num documento destes é notável pois estamos falando de uma postura oficial do Estado brasileiro. Nesse sentido, deveríamos nos perguntar: o que exatamente significa um burocrata, um servidor público, ser empreendedor? Num primeiro momento, me parece que esse movimento coaduna com o argumento de Dardot e Laval (2017) sobre a confusão entre direito privado e direito público, em detrimento do segundo, típica da racionalidade neoliberal. Afinal, a ideia do Estado como entidade exposta às mesmas regras das empresas é um dos pontos mais importantes no arcabouço teórico de Hayek (HAYEK, 1983). Via de regra, acredito ser possível dizer que essa é uma pista do pensamento econômico que norteia a formação dos oficiais.

Mas, mais do que isso, a mera presença de tal termo, se feita de maneira impensada, também tem um outro significado importante para a análise. Ela possivelmente expressa uma determinada concepção da realidade que adentrou as muralhas da caserna. Ao fim e ao cabo, seria a afirmação dessa cosmovisão enquanto componente do atual discurso hegemônico, da forma como a Força Aérea enxerga o mundo e como espera que seus oficiais o façam. Poderia ser afirmado que isso é esperado, afinal “é impossível não ser neoliberal ao se viver no capitalismo neoliberal”, mas acredito que tal fato exacerba a contradição de um componente ligado diretamente ao individualismo empresarial estar presente como elemento norteador da formação de quadros da administração pública.

Nesse momento será interessante realizar uma breve comparação temporal, buscando a presença de tais elementos em outros documentos. O mais antigo ao qual tive acesso pelo SISLAER foi o currículo mínimo para formação dos oficiais aviadores de 2002.

O primeiro fato que chama a atenção nesse documento, em comparação com os mais recentes, é a carga horária menor. São 6431 tempos, uma diferença significativa com relação aos mais de 8000 dispostos nos currículos atuais. Mas muito mais interessante do que isso é o seu conteúdo. Praticamente não há menção à administração como ênfase no aprendizado dos cadetes. Não há, nem mesmo, um eixo temático específico para a área. A disciplina de Teorias Administrativas é ministrada, mas encontra-se aglutinada com Direito Geral e com Economia dentro da área Ciências Sociais Aplicadas, sob o campo denominado de Geral (BRASIL, 2002). A preocupação com conhecimentos administrativos, na realidade, somente é expressa no seguinte ponto, referente ao que se espera enquanto padrão de desempenho da especialidade de quadro: “(j) possuir conhecimentos básicos de administração, organização e métodos, utilizando ferramentas como a pesquisa operacional, informática, probabilidade e estatística” (BRASIL, 2002, pg. 11). Além disso, não há citação a termos como empreendedorismo.

É notável a diferença. Em 2002, a preocupação com a formação de oficiais que também sejam administradores públicos graduados, bacharéis de fato, não existe. Entretanto isso muda já no próximo documento a que tive acesso, o currículo mínimo de 2009. Apesar de não haver um eixo temático específico para Administração, ele se parece mais com as versões recentes, havendo a menção à graduação dupla dos cadetes, assim como à formação de “profissionais empreendedores”. Disciplinas como Marketing e outras ligadas à administração mais especificamente também aparecem no Campo Geral (BRASIL, 2009).

Há de se perguntar o que aconteceu nesse meio tempo que incentivou a mudança da grade, assim como a mudança de discurso de maneira geral. A graduação em administração foi instituída na AFA em 2004, mas esse é um apontamento formal e temporalmente específico, um mero ponto na linha histórica de acontecimentos. Ainda resta a pergunta do porquê ela o foi; quais processos e motivações instigaram tal transformação de currículo. Ela só faz sentido se entendida em seu contexto sócio-histórico ampliado. Dado o recorte desta pesquisa, me limito a interpretar que esse evento representa uma canalização cada vez maior do neoliberalismo para dentro da AFA, assim como a inserção de seus elementos discursivos na formação de seus quadros.

De modo geral, acredito que posso argumentar, também, que tal movimento representa a aceitação da ideologia neoliberal como pensamento econômico que lastreia a formação hegemônica em voga no país. A princípio tal fato parece contraditório, afinal esse momento é o que autores como Boito (2012) definem como neodesenvolvimentista, mas, devemos nos lembrar de uma das colocações mais interessantes do autor sobre tal corrente de pensamento: “tais características advêm do fato de o neodesenvolvimentismo ser a política de desenvolvimentismo possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal” (p. 6). Para além dos condicionantes impostos por esse contexto histórico, acredito que essa constatação remete ao fato de a própria realidade estar, já durante os governos petistas, sendo observada e interpretada de acordo com a racionalidade neoliberal. Isso seria verdade para uma série de atores, estatais ou não, pertencentes ao bloco no poder ou não.

Por último, no que tange à grade da AFA, será pertinente realizar uma análise dos programas das disciplinas dos cursos de formação, em especial, mais uma vez, do CFOINT. No entanto, esse exercício é limitado, afinal, apesar de ter tido acesso aos Planos de Unidades Didáticas, a rigor não é possível saber a forma como estes conteúdos são ministrados e nem mesmo como o meio castrense influencia no seu aprendizado. Um dos fatores que corroboram essas afirmações é a já mencionada influência que o comando da escola tem sobre a construção dos currículos e das cargas horárias. Há, entretanto, elementos curiosos os quais acredito que são interessantes.

O primeiro deles é a constatação de que a bibliografia das disciplinas não difere muito da utilizada em universidades públicas no país. Posso usar como exemplo Microeconomia e Macroeconomia. Manuais como os de Robert Pyndick e Daniel Rubinfeld e de Oliver Blanchard são comuns nas ementas de cursos de economia como o da própria Unicamp. É interessante pontuar que, para além desses, segundo conversas com professores, as obras

introdutórias *Economia Micro e Macro*, de Marco Antonio Sandoval Vasconcellos, *Fundamentos de Economia*, do mesmo autor em parceria com Enriquez Manuel Garcia e *Manual de Economia*, ainda dele com Diva Benevides Pinho, são os mais utilizados nas aulas.

À primeira vista, a característica que poderia ser apontada como problemática nos cursos não é seu conteúdo, mas sim a superficialidade do material. Os livros das ementas dos cursos apontados acima são manuais ou apanhados introdutórios. Além disso, não consta em nenhuma dessas obras menção especificamente ao pensamento econômico neoliberal, como a conceitos formulados por Mises, Hayek e Rothbard.

Por último, gostaria de realizar uma breve passagem pelas disciplinas do eixo de administração. O que me chamou a atenção é o fato de suas bibliografias serem mais extensas do que as que citei até o momento. Entre leituras obrigatórias e complementares, noto que Introdução à Administração, por exemplo, possui treze obras em sua ementa (BRASIL, 2020). De pronto, parece que o peso atribuído ao campo é grande e, conseqüentemente, maior do que à história, à economia e às relações internacionais. Diferentemente do segundo e do terceiro casos, aliás, noto que os livros vão além dos manuais e dos compêndios introdutórios.

Algumas disciplinas possuem programas ainda maiores, como é o caso de Planejamento Estratégico. Isso se explica pelo fato desta ter como um de seus objetivos analisar e interpretar os documentos oficiais brasileiros da área de defesa e os concernentes especificamente à Força Aérea. Ou seja, além das dezenove obras, constam na bibliografia a PND, a END, o Livro Branco de Defesa Nacional, o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais e Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (BRASIL, 2020). É interessante salientar esse ponto pois ele realiza um nexos importante entre o eixo da administração e as funções desempenhadas pela Força, uma das justificativas para a formação dupla dos oficiais.

Devido à importância e à carga horária do eixo de administração, não é surpresa a menção nos programas a temas como empreendedorismo, *coaching* e *mentoring*, elementos provenientes do discurso neoliberal. Esse é, afinal, um curso de administração pública, apesar da especificidade das necessidades do aprendizado do burocrata militar. Entretanto, não é possível afirmar mais do que sua simples presença: como já salientei anteriormente, ter acesso às ementas nos diz simplesmente que certas coisas são ensinadas, mas não quais as formas e as influências que tal processo toma e sofre.

2 SOBRE OS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

A grande maioria dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) da AFA não está disponível na rede de Bibliotecas da Aeronáutica (BIA) por questões de direitos autorais, portanto tive que me deslocar até a academia para acessá-los. A seguir, então, iniciarei essa seção com um pequeno relato observacional, que servirá para expor a abrangência e as limitações impostos pelo próprio caráter de meu objeto. Em seguida, realizarei um levantamento estatístico dos TCCs. Por último, darei ênfase aos textos referentes a pensamento econômico.

2.1 Pequena nota metodológica

Visitei a AFA três vezes, em dezembro de 2024, janeiro de 2025 e junho de 2026 para ter acesso aos textos em sua biblioteca. Dois fatores limitantes se evidenciaram durante a coleta. Primeiro, obviamente, a questão dos direitos autorais, mas em segundo e mais saliente lugar, o fato de, ao fim e ao cabo, a academia militar ser uma instituição fechada. A AFA, entretanto, é muito mais aberta e de fácil acesso que escolas como a AMAN e a EN. Talvez essa seja umas das questões que justificam a classificação dada, às vezes pejorativamente, à Aeronáutica como “a mais civil das forças”. A impressão é de que as regras de uma OM se misturam de forma *sui generis* com os preceitos de uma instituição de ensino superior que pretende ter contato com o que se produz fora dela. A hierarquia, a disciplina, a adaptação à vida militar, as rotinas, o adestramento, etc., em certa medida se traduzem em contradições, mas não são impeditivas à pesquisa.

Essa intersecção de elementos influencia minha pesquisa. A hierarquia afeta de uma maneira que não esperava a produção de TCCs. Segundo os professores com os quais tive contato, como acontece com a grade horária, o comando da escola por vezes “manda” que os alunos pesquisem determinados temas que lhes são de interesse. Ou seja, meu banco de dados é, desde o início, poluído. Ele não reflete necessariamente o interesse dos cadetes, somente o faz de forma aproximada.

Esse fator se relaciona com a questão dos tempos de trabalhos e da homogeneização do ensino. Dificulta-se o pensamento crítico, sendo necessário que tanto a rotina dos alunos quanto seus interesses sejam direcionados pelo comando. Digo “necessário” no sentido deste ser um condicionante impeditivo que regula a produção acadêmica e a formação dos oficiais, que reputo proveniente do caráter militar da instituição. O adestramento, nesse sentido, não se dá somente no campo físico ou doutrinário, mas também no cognitivo. Apesar de

existirem trabalhos que demonstrem aptidão para a academia, a liberdade intelectual, essencial no fazer científico, é cerceada.

Nesse sentido, de maneira resumida, para além das dificuldades metodológicas, minha visita também expôs condicionantes estruturais para a produção acadêmica, como: acesso ao mundo externo, tempo para buscar seus próprios interesses e respeito à hierarquia.

2.2 Banco de dados, categorização e levantamento quantitativo

Na biblioteca da AFA tive acesso a todos os trabalhos dos cadetes de 2008 a 2024. Há uma quantidade grande de trabalhos no total: 2417. Como não há versão digital da maioria deles, não foi possível usar um software de análise de conteúdo. Pensando nisso construí dezenove categorias com o intuito de perscrutar de forma aproximada quais temas interessam aos alunos, visando filtrar os textos que considero importantes para minha problemática. Algumas delas são mais generalistas e outras mais específicas. Optei por fazê-lo dessa maneira pois quero identificar o interesse por questões que, com o tempo, imaginei que se tornariam cada vez mais relevantes de 2008 a 2024, seja por atuação das Forças Armadas na segurança pública ou pelo desenvolvimento de novas tecnologias. Elenco os temas a seguir, na página seguinte, em ordem alfabética.

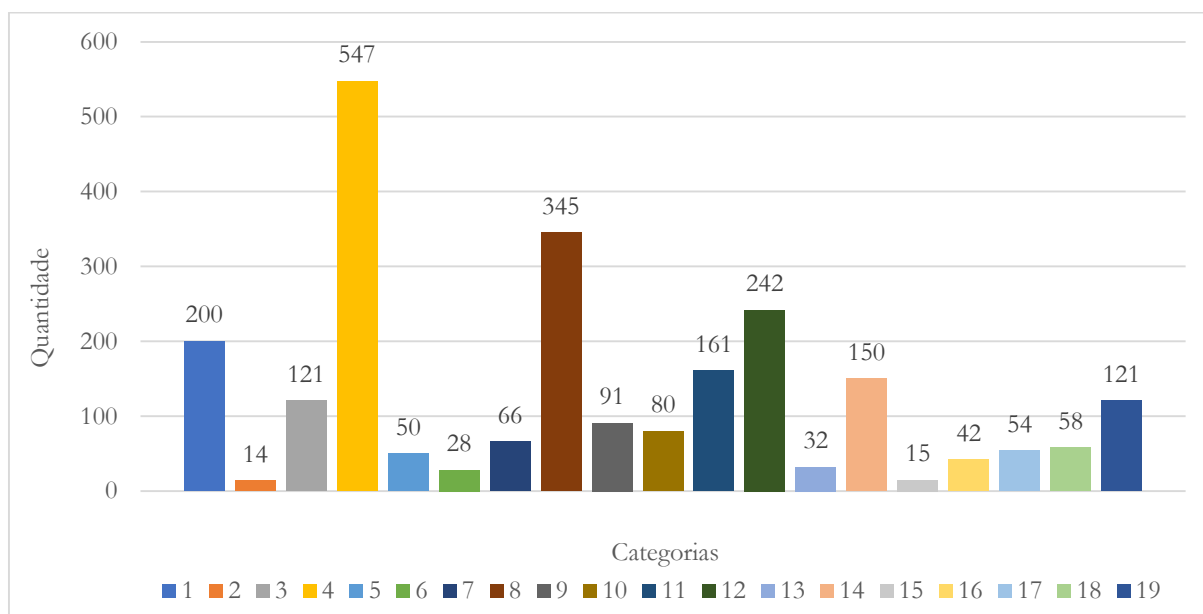
Tabela 1 – Categorização dos dados da AFA

Nº	Categoria	Nº	Categoria
1	Administração	11	Liderança, Identidade e Doutrina Militares (Profissão e Carreira)
2	Atividades subsidiárias	12	Logística
3	Aviação	13	Infantaria
4	Desempenho Físico e Qualidade de Vida	14	Relações Internacionais, Segurança e Defesa
5	Drones	15	Religião
6	Economia Política, Pensamento Econômico e Política Econômica	16	Segurança da AFA
7	Gestão e Educação Financeiras, Mercado de Ações e Investimentos	17	Segurança Pública, e Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLOs)
8	Ensino e Pilotagem	18	Sociologia
9	História e Guerra	19	Tecnologia, Inovação e Instrumental
10	Línguas		

Fonte: Elaboração própria

Para demonstrar de maneira resumida o total, filtrado segundo minha categorização, apresento o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Valores totais de TCCs por categoria



Fonte: Acervo físico da Biblioteca da AFA

Noto que se interessam muito por (4) Desempenho Físico e Qualidade de Vida, mas, colocando os trabalhos numa série histórica por ano, observaremos que isso vem diminuindo. O mesmo acontece com a categoria que ocupa a segunda posição, (8) Ensino e Pilotagem. As terceira e quarta colocadas, (12) Logística e (1) Administração, respectivamente, possuem ambas uma quantidade relevante de trabalhos, mais de 200 cada, e, se acopladas, ficariam próximas da primeira. O interesse pelas duas se mantém e acredito que isso se relaciona com o fato de, afinal, termos na AFA um quadro de intendência e um curso específico de Administração Pública.

Os três temas mais tratados nos trabalhos concentram 46,91% da produção total (22,63% de (4), 12,27% de (8) e 10,01% de (12)). Via de regra, os assuntos sobre os quais versam se referem, em sua maioria, à própria escola. Isso quer dizer que aproximadamente metade do que se escreve na AFA discorre sobre ela mesma, seus métodos de ensino, a viabilidade de projetos internos, problemas e possibilidades para a instrução de voo,

condicionamento e desempenho físico dos cadetes, qualidade de vida e nutrição. Ainda a esses números poderiam ser somados pertencentes a outros conglomerados de dados, especialmente os das categorias (7) Educação Financeira, (11) Profissão e Carreira e (16) Segurança.

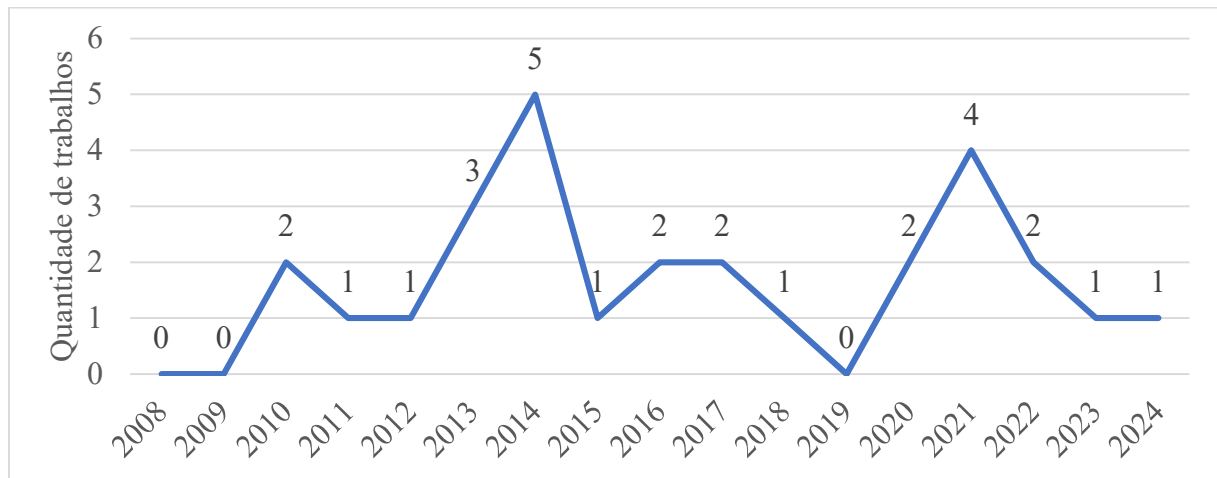
O que isso significa? Inicialmente, e de maneira mais evidente, que a AFA é uma instituição fechada cognitivamente em si mesma. Isso não necessariamente quer dizer que ela não se abre a novas visões ou interpretações sobre como a realidade e o mundo funcionam, mas sim que os problemas práticos relacionados à academia e à formação dos cadetes ocupam grande parte da preocupação deles próprios e, muito provavelmente, dos seus superiores. Isso não é uma novidade, o mesmo acontece nas outras escolas-quartel. De certa forma isso é esperado, afinal os militares são concursados públicos e, sendo assim, deveriam pesquisar o que as Forças entendem como prioridade. Mas acredito que esse exemplo, esse microcosmo da academia, ilustra muito bem o fechamento das próprias FFAA enquanto instituição, no sentido proposto por José Murilo de Carvalho (2019).

Há outra interpretação interessante a se tirar disso e que, mais uma vez, ilustra o ponto do autor. Os pontos de contato da academia com o mundo exterior se consubstanciam no interesse em três temas: (18) Sociologia (2,73%), (17) Segurança Pública (2,40%) e (2) Atividades Subsidiárias (0,58%). O primeiro não pode ser tomado em sua integridade como um olhar para fora, já que também trata de transformações que ocorrem dentro da caserna. Logo, podemos considerar que o interesse desses cadetes tem basicamente dois fundamentos: o uso da violência (e a proteção de militares contra ela) e a disputa por corações e mentes. Os trabalhos sobre sociologia, aliás, também podem ser lidos nessa chave: entender o mundo lá fora para atuar sobre ele.

Claro, essas duas interpretações se relacionam, mas constatá-lo está muito longe de dizer que os cadetes estão sendo formados para intervir politicamente sobre a sociedade. Há diversas variáveis que podem explicar esse fenômeno de maneira diferente: uma delas, por exemplo, é a repetição e a reciclagem de temas de anos anteriores. Mas esse me parece ser mais um dos sintomas do problema: fechando-se sobre si mesma, é muito difícil que temas diferentes e inovadores se tornem foco do interesse dos alunos. Mais uma vez, tal elemento contribui para a padronização na formação dos oficiais. É difícil até mesmo que grandes transformações na sociedade afetem esse estado de coisas.

Acredito que o gráfico referente à (6) Economia Política ilustre isso bem:

Gráfico 2 – Interesse por Economia Política, Pensamento Econômico e Política Econômica por ano



Fonte: Acervo físico da Biblioteca da AFA

Observemos os picos. Eles não coincidem com as duas maiores crises do período em evidência, a financeira mundial de 2008 e a de crescimento e fiscal brasileira de 2016. Mesmo pelos títulos dos trabalhos, nenhum menciona a primeira e poucos a segunda, sendo a preocupação dos autores os efeitos desta sobre o orçamento de defesa.

Acredito que esse fato seja explicado por um tipo *sui generis* de seletividade à entrada de determinados assuntos na academia, muito parecido com o processo de filtragem salientado por Antonio Carlos Peixoto (1980). Em parte, como na proposição do autor, pode ser influenciado pela hierarquia militar, mas me parece que o próprio fechamento da caserna durante o processo de formação dos oficiais tem um peso grande na determinação do seu interesse.

Na realidade, a existência de certas correntes de pensamento parece ter efeitos relevantes nesse processo. Tentarei elucidar esse ponto abaixo, na última subseção.

2.3 Colocando a lupa sobre a Economia Política

Meu objetivo agora é lançar um olhar mais detido sobre os trabalhos pertencentes à categoria (6), que tratam especificamente de Economia Política, Pensamento Econômico e Política Econômica; no total são 28 trabalhos.

Há dois textos que saltam aos olhos somente pelos seus títulos: *A Escola Austríaca de Economia e sua distinção ante as principais correntes*, de Oliveira (2020), e *O sistema de Defesa segundo*

o anarcopitalismo: a incompatibilidade entre uma ética libertária e as Forças Armadas, de Bolfe (2017). Ambos se encaixam no campo do pensamento econômico. Meu intuito, entretanto, não é apontar inconsistências lógicas na teoria, mas sim a própria existência desse material dentro de uma instituição que é ontologicamente avessa a esses preceitos. Isso fica nítido especialmente no segundo caso. Surge, então, a pergunta: como isso pôde ser produzido ali, numa academia militar?

Esses trabalhos têm um ponto em comum que talvez ajude a responder a essa pergunta: ambos utilizam largamente material disponibilizado online pelo Instituto Mises Brasil. São citações a Mises, Hayek, Rothbard, Bastiat, Hoppe, no plano dos austríacos, e a Ubiratan Jorge Iorio, brasileiro, professor da UERJ. Importante notar que normalmente são utilizados compêndios, não sendo frequente a citação das obras completas dos clássicos, sendo Mises e Rothbard normalmente as exceções.

No caso do primeiro trabalho, na seção de agradecimentos, há palavras elogiosas ao professor brasileiro, Iorio, o que me leva a crer que talvez o cadete tenha tido contato direto com ele, mas é impossível ter certeza. Agradece “pela confecção de um material base extremamente didático e aprofundado sobre o tema” (p. 6), o que pode significar simplesmente que ele usou seus escritos disponibilizados no site. Já o segundo, na mesma seção, menciona, de forma semelhante, o próprio Instituto Mises “pela disponibilização de materiais” (p 7).

Ora, ao que parece há um veio condutor entre meio digital e caserna, o que proporciona o fortalecimento da corrente neoliberal, mas isso não necessariamente significa que ela surge daí. Aliás, essa parece ser parte da política do Instituto Mises de disseminação da doutrina: materiais de fácil acesso, muitos disponibilizados pela sua própria editora, contando com as obras completas dos clássicos assim como textos explicativos de fácil assimilação escritos por comentadores. É possível, porém, que o interesse dos alunos seja pregresso ao contato, os instigando, inclusive, a buscar informações sobre essa linha com seus professores e orientadores. Ainda assim, é importante salientar que ocorre a canalização e esta passa ao largo da filtragem exercida pela hierarquia, ambos mecanismos vislumbrados, mais uma vez, por Peixoto (1980). Isso não significa, claro, que os dois meios são excludentes, mas sim parcialmente independentes e possivelmente complementares, a depender da disposição ideológica do comando.

Há outros dois textos que não se referem diretamente à doutrina como os anteriores, mas sim à dimensão do receituário, mais especificamente à política fiscal. Eles são: *Déficit*

Público Brasileiro: uma consequência política, de Boquimpani (2020), e *O Impacto da Crise Fiscal do Brasil no Ano 2015-2016 no Orçamento da FAB*, de Silva (2016).

O primeiro cita logo de início uma frase atribuída a Milton Friedman, de 1962: “Por trás da maioria dos argumentos contra o livre mercado está o desgosto pela própria ideia de liberdade” (p. 8). Este relaciona controle de gastos, tamanho e gerência do Estado e a necessidade de deixar “para o mercado e o indivíduo a liberdade necessária para o desenvolvimento de inovação e manuseio de suas escolhas” (p. 9). Suas referências chamam a atenção: cita *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* de Keynes (negativamente) e *Privatiza Já!*, de Rodrigo Constantino. Há outras sobre privatizações, mas não tão notáveis quanto a do conhecido articulista brasileiro e disseminador da doutrina neoliberal.

O segundo trabalho se destaca, a princípio, já por sua epígrafe, uma citação de Marco Túlio Cícero, de 55 a.C., que se encaixa como uma luva no discurso corrente:

“O orçamento deve ser equilibrado, o Tesouro Público deve ser reposto, a dívida pública deve ser reduzida, a arrogância dos funcionários públicos deve ser moderada e controlada, e a ajuda a outros países deve ser eliminada, para que Roma não vá a falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver às custas do Estado”. (p. 5)

É notável a associação, mas por um caminho diferente dos outros textos: em vez de enaltecer a liberdade individual como motor da economia, o cadete centra sua crítica ao longo do texto no suposto inchaço do Estado e no auxílio às camadas desassistidas, elemento muito comum na pena de críticos a programas sociais como o Bolsa Família.

Mais uma vez, parece latente a entrada do discurso neoliberal na caserna, mas agora num nível de abstração menor. Acredito que isso se deve a questões como orçamento e planejamento serem parte do curso de administração, mas, claro, não explica o matiz com que o tema é tratado.

Entre as referências dos trabalhos, também está presente material proveniente da grande mídia, como Folha de São Paulo, Estadão e Valor Econômico, jornais cujo posicionamento editorial é conhecidamente liberal e conservador. Tal fato ajuda a elucidar a questão da via pela qual esse tipo de pensamento passa a circundar ali.

Considero pertinente mencionar que há TCCs que se associam ao discurso neoliberal e não estão inseridos na categoria (6). Há principalmente dois conglomerados que contam

com tais textos, (1) Administração e (7) Gestão e Educação Financeiras, Mercado de Ações e Investimentos.

No segundo grupo constam títulos como *Planejamento Financeiro e a Conquista do Primeiro Milhão de Reais' da Formação como cadete a oficial da FAB* (Machado, 2016) e *Empreendedorismo para Investimentos Financeiros de Renda Fixa no Corpo de Cadetes da Aeronáutica* (Monteiro, 2012). É possível observar que há uma associação, inclusive vocabular, entre tais trabalhos e o discurso neoliberal. Vislumbro que, para além da adoção racional de determinado pensamento econômico, isso se deve a uma ideia naturalizada de que o cadete deve se preparar para o futuro, numa lógica muito próxima do indivíduo-empresa, de securitização. Esses textos, assim, são exemplos de internalização do neoliberalismo como lente interpretativa da realidade.

Isso torna-se evidente também com relação à categoria (1), o que é esperado, afinal é tema corrente num curso de administração comum. Há vários exemplos, concernentes inclusive à lógica empresarial, mas me parece pertinente trazer aqui três: *A Terceirização como Estratégia na Administração das Organizações* (Pinheiro, 2008), *Estudo da Viabilidade de Parcerias/Doações/Patrocínio com Empresas Privadas para a Modernização das Salas de Aula da Divisão de Ensino da Academia da Força Aérea* (Manhães, 2015) e *Parceria/Patrocínio com Empresas Privadas para o Aperfeiçoamento das Salas de Aulas da Divisão de Ensino da Academia da Força Aérea* (Pacheco, 2016).

É possível observar que o curso de administração realmente pode funcionar como uma porta de entrada para temas como empreendedorismo, terceirização e Parcerias Público-Privadas (PPPs), vistos a partir de uma dimensão prática da resolução de problemas organizacionais. O exemplo dos dois últimos trabalhos é interessante na medida em que evidencia a reciclagem de temas pelos alunos, e, talvez, nesse caso em específico, acredito que instigados pelo comando.

Por último, voltando aos trabalhos pertencentes à categoria (6), é importante notar que, de fato, a maioria se refere a políticas estatais de crescimento do PIB, orçamento de defesa e indústria. Há um veio condutor entre as três questões, provavelmente muito instigado pela necessidade de consecução de autonomia estratégica pelo país. Parece claro que é esse último elemento que vincula essas produções a uma corrente interna à caserna que pode ser considerada desenvolvimentista, mas não sem matizes importantes.

Para ilustrar isso destacarei um trabalho, *Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa e a Indústria de Defesa Nacional* (Mendes, 2016). Seu direcionamento é autonomista, a começar pela sua epígrafe, com citação de Maquiavel: “Sem possuir armas próprias, nenhum principado estará seguro; estará, antes, à mercê da sorte, não existindo virtude que o defenda nas adversidades” (p. 5). O cadete, entretanto, dá atenção especial à utilização de PPPs para se alcançar os objetivos do PAED, com base na possibilidade de diminuição de custos e de obtenção de benefícios logísticos. Esse discurso mesclado, de associação do poder público com o privado, parece ter ressonância dentro das FFAAs atualmente, como pode ser observado em documento produzido pelo Instituto Sagres em parceria com o Instituto Villas Bôas e o Instituto Federalista, *Projeto de Nação* (SAGRES, 2022). O trabalho, dessa forma, mostra-se como uma manifestação daquele já na academia.

Por fim, gostaria de colocar em oposição duas afirmações. A primeira é referente ao escasso tempo de que dispõem os cadetes devido ao regime de internato, implicitamente presente na minha exposição sobre os editais e portarias. A segunda é a de que há a produção de trabalhos que não utilizam somente o material disponibilizado nas disciplinas. Como visto acima, surge uma tensão imanente nessa contraposição, ainda assim, a existência desses dados é uma realidade. Mas o que isso significa?

Certamente o fator tempo, assim como a diversidade de temas aos quais devem despender atenção, é impeditivo para que os cadetes possam aprofundar seus conhecimentos sobre qualquer assunto que não seja essencial no cumprimento de sua função profissional, como pensamento econômico. Sendo assim, a resolução do aparente problema é dada pela disponibilidade de material de fácil assimilação, de compêndios resumidos e introdutórios. Sem o trabalho do Instituto Mises Brasil de disseminação ideológica através do meio digital dificilmente os cadetes conseguiriam produzir textos complexos, ou pelo menos com certo grau de profundidade, que se utilizassem dos conceitos teóricos da corrente neoliberal. Sem um ente bem estruturado proveniente da sociedade civil, o processo de canalização jamais seria possível. Dito de outra forma, tendências não se mantêm, ou pelo menos não se fortalecem, no meio militar sem respaldo no mundo externo: a porosidade das muralhas da caserna é uma necessidade ontológica à sua sobrevivência.

É importante salientar esse fato pois, como já mencionei, a toada da maioria dos trabalhos da categoria (6) é diferente. Eles seguem um certo estereótipo de que, por lidar com fatores de defesa e proteção da soberania nacional, militares jamais poderiam ser verdadeiramente liberais. Ao apresentar os dados nessa seção, me parece que essa afirmação

é prontamente falseada. Encontrar um único cisne preto é suficiente para tornar equivocado o enunciado construído indutivamente “todos os cisnes são brancos”. Da mesma forma, a existência de textos que versam sobre anarcopitalismo e a Escola Austríaca como fundamentos de um pensamento econômico, mas, também, de formas de se interpretar o mundo, demonstra que nem todo militar é desenvolvimentista, nem mesmo autonomista. O que nos resta é descobrir quais as nuances que o choque ontológico entre neoliberalismo e as funções precípua do aparelho militar causa na forma da instituição perceber e se relacionar com a realidade, dentro e fora da caserna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visita à AFA e o acesso aos dados da biblioteca são centrais. Eles revelam que ocorre a entrada do pensamento neoliberal na academia e que este é tratado com seriedade. Nesse sentido, a comprovação da existência, para além da costumeira análise de discurso, suscita diversas questões, as quais salientei ao longo do texto.

A que considero mais relevante é: por qual via exatamente ele entra? Na bibliografia das disciplinas não está presente abordagem tipicamente neoliberal, pelo menos não no nível de profundidade que alguns TCCs apresentam. Por outro lado, certamente há uma limitação estrutural da própria profissão militar que condiciona a formação dos cadetes, os fazendo considerar questões como autonomia estratégica e desenvolvimento da BID nacional. As hipóteses mais plausíveis para responder a essa pergunta me parecem ser: por interesse pregresso, pela porosidade permitida pelo meio digital e pelo contato com professores.

Claro, uma outra pesquisa, com outro caráter, precisaria ser feita para essa análise, mas acredito que pontuá-la é importante na medida em que coloca o problema um passo à frente do que normalmente é discutido sobre pensamento econômico castrense. A existência desse tipo corrente tão cedo na formação admite a falta de homogeneidade ideológica da caserna, o que pode ser agudizado, ou amenizado, de acordo com a progressão de carreira. Em posições de comando, quais decisões estratégicas esses oficiais tomarão? Quais efeitos tal porosidade causou nas decisões estratégicas que já foram tomadas? Essa heterogeneidade causa rupturas políticas entre os grupos que disputam a hegemonia dentro da caserna? E, se sim, de que tipo? Por enquanto, me parece certo afirmar que a tendência é a construção de um pensamento hegemônico interno à instituição que é marcado pela tensão entre desenvolvimentismo e neoliberalismo.

Um segundo ponto relevante é o terreno fértil encontrado na academia para a profusão desse tipo de pensamento. Acredito que dois elementos agem aqui: o fechamento

daquela ao que lhe é externo (apesar da porosidade) e o direcionamento liberal de certos preceitos que condicionam a visão de mundo militar. Acredito que o primeiro é especialmente importante.

Dada a possibilidade de entrada de determinados elementos, aparentemente esses geram efeitos na academia como numa caixa de ressonância. Nesse ponto, a mescla entre desenvolvimentismo e neoliberalismo se torna evidente, como salientado por trabalhos que tratam PPPs como meios de se atingir autonomia estratégica em determinadas áreas. A leitura desse movimento é a de internalização de forma *sui generis* de discursos, se criando um tipo de pensamento próprio que coaduna com a afirmação “é impossível um militar ser verdadeiramente liberal”.

Mas há outra possibilidade que se mostrou real a partir da análise dos trabalhos. O fechamento cognitivo pode fazer com que determinados elementos entrem e ressoem por si só, mantendo-se “puros” até certo ponto. Nesse sentido, é notável o TCC que contrasta a ética anarcocapitalista com a existência de Forças Armadas. Isso só foi possível devido à fertilidade intelectual da academia a esse tipo de pensamento, ou pelo menos ao seu não impedimento. Entre outros motivos, pela construção das ementas do curso de Administração, por se esperar a formação de “burocratas empreendedores”. Um exercício lógico que pode nos ajudar a refletir sobre a questão é nos perguntarmos se seria viável a realização de trabalhos que tratem de pensamento econômico ou mesmo estratégico por uma via extremamente oposta a essa, mas que também prega pela extinção do Estado: o comunismo. Nenhum dos 2417 trabalhos chega perto de aventar tal possibilidade.

Por último, gostaria realizar uma pequena conclusão sobre o que os dados apresentados aqui podem nos dizer com relação à forma que o neoliberalismo é internalizado, pelo menos na academia. Parece claro, pelos TCCs, que a lente se volta tanto para dentro quanto para fora da caserna. Isso se mostra nos trabalhos mais abrangentes sobre pensamento econômico, mas esses são pouco numerosos. Fica mais evidente quando observamos o campo ideológico ao qual pertencem os textos de Administração, Logística, Política Fiscal e Educação Financeira. Todos os elementos estão ali: empreendedorismo individual, otimização de processos e organização de empresas, austeridade fiscal, privatização de empresas públicas, uma racionalidade de proteção contra o futuro típica do neoliberalismo, etc. O que me chamou a atenção, no entanto, é a admissão de certos meios, como PPPs, como formas de se lidar com problemas práticos, sejam questões relacionadas à segurança das fronteiras, seja a administração das salas de aula.

Isso evidencia que o neoliberalismo adentrou a caserna, apesar do tensionamento com um viés desenvolvimentista. Mas, por enquanto, estamos falando de oficiais no início de sua carreira. Ainda não há elementos suficientes para abrangermos a conclusão para a Força como um todo. Além do mais, a cada degrau, a cada OM, a cada curso pelos quais aqueles passem, mudanças significativas podem ocorrer na forma que vislumbram a realidade socioeconômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA DA FORÇA AÉREA (AFA). Academia da Força Aérea forma 150 novos Oficiais, [S.l.], 2023. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/41947/FORMA%C3%87%C3%83O%20DE%20OFICIAIS%20%20-%20Academia%20da%20For%C3%A7a%20A%C3%A9rea%20forma%20150%20novos%20Oficiais>. Acesso em: 28 mar. 2025.

ACADEMIA DA FORÇA AÉREA (AFA). FAB forma 163 novos Aviadores, Intendentes e Infantes, [S.l.], 2024. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/43530/FORMATURA%20-%20FAB%20forma%20163%20novos%20Aviadores,%20Intendentes%20e%20Infantes>. Acesso em: 28 mar. 2025.

BOITO JUNIOR, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. 2012.

BOLFE, Gustavo Rothmun. **O sistema de Defesa segundo o anarcocapitalismo: a incompatibilidade entre uma ética libertária e as Forças Armadas**. Trabalho de Conclusão de Curso. Academia da Força Aérea, Pirassununga, 2017.

BOQUIMPANI, João Pedro. **Déficit Público Brasileiro: uma consequência política**. Trabalho de Conclusão de Curso. Academia da Força Aérea, Pirassununga, 2020.

BRASIL. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Currículo mínimo do curso de formação de oficiais aviadores. Portaria DEPENDS n. 44/DE-1, de 21 de março de 2002. Boletim Externo DEPENDS, n. 12, 21 mar. 2002. Disponível em: <http://www.sislaer.fab.mil.br/terminalcendoc/acervo/detalhe/22507>. Acesso em: 31 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução Nº 2, de 18 de junho de 2007. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 6, Brasília, 19 de junho de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16872-res-cne-ces-002-18062007&category_slug=janeiro-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 7 abr. 2025.

BRASIL. Diretoria de Ensino. Comando da Aeronáutica. Currículo mínimo do curso de formação de oficiais aviadores da Academia da Força Aérea. Portaria DEPENDS n. 230/DE-1, de 11 de agosto de 2009. Boletim do Comando da Aeronáutica, n. 151, 14 ago. 2009. Disponível em: <http://www.sislaer.fab.mil.br/terminalcendoc/acervo/detalhe/5979>. Acesso em: 1 nov. 2024.

BRASIL. Diretoria de Ensino. Comando da Aeronáutica. Currículo mínimo do curso de formação de oficiais intendentes (CFOINT). Portaria n. 12/DPL, de 19 de setembro de

2019. Boletim do Comando da Aeronáutica, n. 171, 24 set. 2019a. Disponível em: <https://www.sislaer.fab.mil.br/>. Acesso em: 31 out. 2024.

BRASIL. Diretoria de Ensino. Comando da Aeronáutica. Currículo mínimo do curso de formação de oficiais aviadores (CFOAV). Portaria n. 13/DPL, de 19 de setembro de 2019. Boletim do Comando da Aeronáutica, n. 171, 24 set. 2019b. Disponível em: <https://www.sislaer.fab.mil.br/>. Acesso em: 31 out. 2024.

BRASIL. Diretoria de Ensino. Comando da Aeronáutica. Currículo mínimo do curso de formação de oficiais de infantaria (CFOINF). Portaria n. 16/DPL, de 27 de setembro de 2019. Boletim do Comando da Aeronáutica, n. 171, 24 set. 2019c. Disponível em: <https://www.sislaer.fab.mil.br/>. Acesso em: 31 out. 2024.

BRASIL. ACADEMIA DA FORÇA AÉREA. Comando da Aeronáutica. Plano de Unidades Didáticas Curso de Formação de Oficiais Intendentes. Portaria AFA n. 4/DE_SDPC, de 6 de janeiro de 2020. Boletim Interno, ?. Disponível em: <http://www.sislaer.fab.mil.br/terminalcendoc/acervo/detalhe/6183>. Acesso em: 1 nov. 2024.

BRASIL. Diretoria de Ensino. Comando da Aeronáutica. Instruções específicas para o exame de admissão aos cursos de formação de oficiais aviadores, intendentes e de infantaria da Aeronáutica do ano de 2024. Portaria n. 403/1DCR, de 19 de outubro de 2023. Diretoria de Ensino, 19 out. 2023. Disponível em: https://www.fab.mil.br/cabine/concursos/IE_CFOAV_INT_INF_2025_08-07-2024.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

DE CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. Todavia, 2019.

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (DECEA). O DECEA, [S.l.]. Disponível em: <https://www.decea.mil.br/?i=quem-somos&p=o-decea>. Acesso em: 7 abr. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo. Boitempo editorial, 2017.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA (FAB). Postos e Graduações, [S.l.]. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/postosegraduacoes>. Acesso em: 31 mar. 2025.

HAYEK, Friedrich A. Capítulo XV: A Política Econômica e o Estado de Direito. In: HAYEK, Friedrich A. **Os Fundamentos da Liberdade**. Editora Visão, 1983. Disponível em: <https://nae.com.pt/wp-content/uploads/Os-Fundamentos-da-Liberdade-Friedrich-A.-Hayek.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2025.

HUNTINGTON, Samuel P. O soldado e o estado: teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

MACHADO, Matheus de Freitas. **Planejamento Financeiro e a Conquista do 'Primeiro Milhão de Reais' da Formação como cadete a oficial da FAB**. Trabalho de Conclusão de Curso. Academia da Força Aérea, Pirassununga, 2016.

MANHÃES, Alexandre. **Estudo da Viabilidade de Parcerias/Doações/Patrocínio com Empresas Privadas para a Modernização das Salas de Aula da Divisão de Ensino da Academia da Força Aérea**. Trabalho de Conclusão de Curso. Academia da Força Aérea, Pirassununga, 2015).

MENDES, Breno Kaymmi Andretto. **Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa e a Indústria de Defesa Nacional**. Trabalho de Conclusão de Curso. Academia da Força Aérea, Pirassununga, 2016.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END). Documento encaminhado ao Congresso Nacional. 2020.

MONTEIRO, Felipe Lobo. **Empreendedorismo para Investimentos Financeiros de Renda Fixa no Corpo de Cadetes da Aeronáutica**. Trabalho de Conclusão de Curso. Academia da Força Aérea, Pirassununga, 2012.

MORAES, João Quartim de; COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. A tutela militar. Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987.

OLIVEIRA, Lebruni Souza. **A Escola Austríaca de Economia e sua distinção ante as principais correntes**. Trabalho de Conclusão de Curso. Academia da Força Aérea, Pirassununga, 2020.

PACHECO, Igor Henrique Gomes Paulino. **Parceria/Patrocínio com Empresas Privadas para o Aperfeiçoamento das Salas de Aula da Divisão de Ensino da Academia da Força Aérea**. Trabalho de Conclusão de Curso. Academia da Força Aérea, Pirassununga, 2016.

PEIXOTO, Antonio Carlos. Exército e Política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação. In: PEIXOTO, Antonio Carlos; DE OLIVEIRA, Eliezer Rizzo; NETO, Manuel Domingos. **Os Partidos Militares no Brasil**. Editora Record, 1980.

PENIDO, Ana Amélia. **Como se faz um militar?** Editora Unesp, 2024.

PEREIRA, Matheus de Oliveira. Política de Defesa. In. In. VITELLI, Marina; SAINT-PIERRE, Héctor (Org). Dicionário de Defesa e Segurança Internacional. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

PINHEIRO, Thiago de Oliveira. **A terceirização como estratégia na administração das organizações**. Trabalho de Conclusão de Curso. Academia da Força Aérea, Pirassununga, 2008.

SAGRES, Instituto. Projeto de Nação – Cenário Prospectivos Brasil 2035 – Cenário Foco – Objetivo, Diretrizes e Óbices. ISBN: 978-85-53117-02-4. Brasília, 2022.

SILVA, Rodrigo Marques da. **O Impacto da Crise Fiscal do Brasil no Ano 2015-2016 no Orçamento da FAB**. Trabalho de Conclusão de Curso. Academia da Força Aérea, Pirassununga, 2016.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA

Não é todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo que está disponível para o público. Somente os documentos presentes no SISLAER (<https://www.sislaer.fab.mil.br/>) e no Repositório Institucional de 2023 em diante (https://www.redebia.dirensri.fab.mil.br/Direns_RI/) podem ser acessados online.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq).

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

O autor declara que não há conflito de interesse a mencionar.

MINIBIOGRAFIA DO AUTOR DO PAPER

O autor é formado em Ciência Econômicas pelo IE-Unicamp, mestre em Relações Internacionais pelo PPGRI-UFU e doutorando no PPGCP-Unicamp.

DECLARAÇÃO DO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Não houve utilização de inteligência artificial nesta pesquisa.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.